

CARTA DA COSTA DO DESCOBRIMENTO

Documento que sintetiza as diretrizes e recomendações resultantes do **I ECOBA – Encontro dos Comitês de Bacias Hidrográficas Baianos**, realizado entre os dias 26 e 29 de junho de 2022, organizado pelo Fórum Baiano de Comitês de Bacias Hidrográficas composto por 14 Comitês de Bacias legalmente constituídos, no âmbito do Sistema Estadual de Recursos Hídricos existentes no território do Estado da Bahia e Interestadual.

A "Carta" apresenta reivindicações e propostas visando embasar a política estadual de recursos hídricos da Bahia com o objetivo de fortalecer a gestão descentralizada e participativa das águas tendo a participação de todos os segmentos – poder público; usuários e organizações da sociedade civil e de todas as instâncias de governança e gestão das águas no Estado da Bahia.

SUMÁRIO

I – Apresentação

II – Carta da Costa do Descobrimento

I. Apresentação

A Carta da Costa do Descobrimento é resultado da realização do I Encontro dos Comitês de Bacias Hidrográficas Baianos (I ECOBA), organizado pelo Fórum Baiano dos Comitês de Bacias Hidrográficas – FBCBH.

O I ECOBA foi realizado no período de 26 a 29 de junho de 2022, sendo o mais importante evento de recursos hídricos do estado já realizado este ano no âmbito do Fórum Baiano de Comitês de Bacias Hidrográficas, em Porto Seguro (BA), no Centro de Convenções do Arraial D’Ajuda Eco Resort.

O que é o Fórum Baiano dos Comitês de Bacias Hidrográficas?

O Fórum Baiano dos Comitês de Bacias Hidrográficas – FBCBH é a instância colegiada formada pelos 14 Comitês de Bacias legalmente instituídos, no âmbito do Sistema Estadual de Recursos Hídricos existentes no território do Estado da Bahia e Interestadual.

Dentre suas principais atribuições, estão apoiar o desenvolvimento de debates sobre temas de importância para a gestão das águas; realizar reuniões, eventos e divulgação de atividades e ações que permitam a difusão e a troca de experiência em gestão dos recursos hídricos por bacias hidrográficas entre seus membros, e facilitar a interlocução do conjunto da sociedade com órgãos ou instituições regionais, estaduais e federais. Também incentiva e orienta a capacitação de novos membros de Comitês junto à sociedade.

Visando alcançar estes objetivos, que justificam sua existência, o FBCBH realizou o I ECOBA buscando avançar na implementação dos componentes do Sistema, notadamente nos instrumentos de gestão, como planos de recursos hídricos, enquadramento e sistemas de informações, com o objetivo de garantir o suporte necessário ao desenvolvimento econômico e social sustentável e à segurança hídrica indispensável ao crescimento do estado.

A realização do I Encontro Baiano dos Comitês de Bacias Hidrográficas teve como seu objetivo principal possibilitar a elaboração do Plano de Trabalho do FBCBH para o biênio 2023/2024, com contribuições de cada representante dos 14 Comitês de Bacia do estado, incluindo neste planejamento a discussão de temas da atualidade, como as consequências pelas mudanças climáticas e formas de prevenção dos seus impactos, como as fortes chuvas que castigaram o sul do estado no início deste ano, e a recente crise hídrica, visando garantir água em quantidade e qualidade para todos.

O evento se confirmou como uma ferramenta, que em suas próximas edições permitirá o acompanhamento coletivo das ações, projetos e planos de bacias dos 14 Comitês do estado. Servirá também como um instrumento para o fortalecimento dos CBH’s junto ao conjunto da população do Estado da Bahia.

Foram construídas, importantes contribuições e considerações dos participantes presentes fisicamente e de forma virtual que foram incorporadas ao Plano de Trabalho para 2023/2024, visando incrementar o diálogo entre todos os atores dos Sistemas Nacional e Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e a interlocução com o conjunto da sociedade, especialmente do Estado da Bahia.

II – CARTA DA COSTA DO DESCOBRIMENTO

Considerando a importância da gestão das águas no Estado da Bahia, o Fórum Baiano dos Comitês de Bacias Hidrográficas – FBCBH, instância colegiada formada pelos 14 Comitês de Bacias legalmente instituídos, no âmbito do Sistema Estadual de Recursos Hídricos existentes no território do Estado da Bahia e Interestadual lança a Carta da Costa do Descobrimento que apresenta as seguintes reivindicações e propostas para o aperfeiçoamento da governança e gestão dos recursos hídricos no Estado da Bahia.

Todas as reivindicações e propostas apresentadas aqui, tem como princípio a defesa da gestão descentralizada e participativa, conforme o item V, do artigo 2º da Lei no 11.612 de 08 de outubro de 2009, que diz **“o gerenciamento do uso das águas deve ser descentralizado, com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades”**.

Todas as reivindicações e propostas devem ser construídas e implementadas com a participação dos atores e das instâncias do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Bahia. Entendemos que a água não é de uso ilimitado, portanto, é urgente e necessário que a governança e a gestão das águas sejam compartilhadas, caso contrário, aumentarão os conflitos pelo uso da água, ainda mais considerando os cenários das mudanças climáticas. A Carta da Costa do Descobrimento apresenta suas reivindicações emergenciais e temáticas:

CARÁTER EMERGENCIAL

01. Que seja revisto o artigo 23-A da Lei 14.034 de 19 dezembro / 2018 estabelecendo 70% de redução no caso da cobrança pelo uso da água para o Saneamento Básico. Os Comitês de Bacias Hidrográficas são favoráveis a universalização do acesso aos serviços de água e saneamento, porém, este artigo, deverá inviabilizar esta universalização. Portanto será necessária sua revisão.
02. Estabelecimento de um cronograma com os Comitês de Bacias para construção dos Planos das Bacias que ainda não foram elaborados.

03. Estabelecimento de um cronograma para implementação dos Planos de Bacias nos municípios onde estes já foram elaborados.
04. Que a SEMA/INEMA destine 7,5% do valor da arrecadação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FERHBA e 5% do FEFA para que, somados estes valores, sejam divididos pelos 14 comitês baianos para despesas de custeio até a criação da Entidade Delegatária.

TEMÁTICAS

Comitês de Bacias

05. Buscar a melhoria continuada dos Comitês como forma de consolidar sua participação junto aos organismos de gestão de recursos hídricos, em uma relação de respeito e reconhecimento, visando assegurar as decisões dos Comitês de Bacias como parte integrante das diretrizes da gestão das águas nas bacias hidrográficas.
06. Aplicação democrática e ágil dos recursos do PróComitês (ANA).

Planos de Bacias

07. Fortalecimento dos planos de bacias como pacto das águas para construção dos outros instrumentos da gestão de recursos hídricos, em especial da cobrança pelo uso da água e na aplicação de recursos para implementação de ações na bacia.
08. Incorporação da discussão sobre as barragens para efeitos de diagnóstico e alerta sobre a situação destas nas bacias hidrográficas;

Cobrança pelo uso da água

09. Estabelecer um cronograma de discussão para o estabelecimento da cobrança pelo uso da água nas bacias baianas, bem como a construção de alternativas econômicas para o financiamento e investimento na governança e gestão dos recursos hídricos na Bahia.
10. Apoio aos mecanismos de solidariedade econômica entre as bacias hidrográficas;

Agência de Bacia/Entidade Delegatária

11. Garantir um processo democrático para ouvir, discutir e construir a formação de agências de bacias/entidades delegatárias no Estado da Bahia, a partir das experiências já realizadas no Brasil e outros países.

Fortalecimento do Diálogo

12. Fortalecimento e promoção do Diálogo entre os atores participantes da gestão das águas;
13. Maior articulação da gestão das águas com a Assembleia Legislativa, em especial com a Frente Parlamentar Ambientalista como canal para discussão dos Projetos de Lei necessários para o aperfeiçoamento da governança e gestão das águas;

Fortalecimento da Agenda Política da Água

14. A água deve ser uma política de ESTADO.
15. Garantir orçamento público para a gestão das águas
16. Fortalecer a Democracia para garantir o diálogo entre os atores e segmentos que participam da gestão das águas.
17. Reconhecimento dos conflitos (mapear os conflitos, inclusive os potenciais)
18. Criação de mecanismos e estruturas para viabilizar o diálogo da gestão das águas com outras políticas públicas

Mudanças Climáticas

19. Incorporação de ações de mitigação e adaptação na elaboração dos Planos de Bacias Hidrográficas levando-se em consideração as mudanças climáticas.

Sustentabilidade

20. Construir espaços para discussão e construção de um Desenvolvimento de longo prazo com sustentabilidade

Monitoramento

21. Monitorar a governança para cuidar do processo participativo.
22. Fortalecer os mecanismos de monitoramento participativo da gestão das águas no Estado.

23. Os planos de bacias devem mapear os conflitos, inclusive os potenciais (o balanço hídrico pode ser uma referência)

Participação Social

21. Fortalecer a participação, absorvendo as diferentes linguagens, as diversidades regionais, as características culturais.

22. Fortalecimento da participação da mulher, juventude, comunidades indígenas, comunidades quilombolas e pescadores.

23. Promoção de ações para educação ambiental, principalmente entre jovens e adolescentes, visando a formação de futuros membros dos CBHs.

Ambiente Institucional e Legal

24. Que as propostas de alteração na legislação que se referirem a governança e gestão das águas no Brasil e no Estado da Bahia sejam discutidas com os atores e instâncias do Sistema, considerando que este é o espaço inicial para quaisquer alterações para aperfeiçoamento da gestão.

Manejo e uso do solo - Revitalização e Reflorestamento das Bacias Hidrográficas

25. Fim do desmatamento ilegal no Brasil e em todas as bacias do Estado da Bahia

26. Fortalecer e construir programas de revitalização das bacias hidrográficas para ampliação da recuperação das bacias.

27. Fortalecimento de programas de pagamentos por serviços ambientais para implementar ações que fortaleçam o manejo e uso do solo na área rural e urbana.

Qualidade da água

28. Ampliação da fiscalização da qualidade da água a fim de diagnosticar a situação das bacias hidrográficas.

Fórum Baiano de Comitês de Bacias Hidrográficas.

Salvador, 19 de agosto de 2022.